

ZOOM SEMANAL

Cresce retirada de apoio à PEC 30itão na Câmara. 25 deputados não assinam mais a proposta

A proposta de reforma administrativa apresentada pelos deputados Hugo Motta, Pedro Paulo, Zé Trovão e outros — conhecida como PEC 30itão (PEC 38/25) — vem sendo criticada por especialistas e entidades do serviço público. Embora seja divulgada como um projeto para combater privilégios, dados recentes do Ipea, publicados pelo Portal CUT, indicam que essa justificativa não se sustenta. A PEC é apontada como uma ameaça a direitos garantidos pela Constituição de 1988 e por abrir brechas à privatização de serviços estatais. A tramitação também provoca polêmica: declarações do deputado Pedro Paulo sugerem que o presidente da Câmara pretende apensá-la à PEC 32/20, da reforma administrativa de Bolsonaro-Guedes, amplamente rejeitada. Especialistas alertam que o conteúdo da PEC 38/25 é ainda mais prejudicial ao serviço público do que a proposta anterior.



Sindsep participa da 2ª Marcha das Mulheres Negras em Brasília

O Sindsep marcou presença na 2ª Marcha das Mulheres Negras, realizada nesta quinta-feira, em Brasília, representado pelas diretoras Eliene Leite Costa e Sônia Maria Marques.

O Maranhão integrou caravanas de vários estados que reforçaram a mobilização nacional em defesa da agenda das mulheres negras. As participantes marcharam por reparação histórica, bem viver, moradia digna, saúde integral, direito à terra, combate à intolerância religiosa, trabalho digno e fortalecimento de uma economia solidária e feminista.

As reivindicações refletem desafios históricos e atuais que atingem de forma mais intensa a população negra feminina.

Sindsep/MA promove ação do Novembro Azul para reforçar prevenção à saúde do homem

A direção do Sindsep/MA realizou, na manhã desta quarta-feira (26), em sua sede no Monte Castelo, uma atividade em alusão à campanha Novembro Azul, que tem como foco a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de próstata e de outras doenças que afetam a saúde do homem.

A abertura do evento foi conduzida pelo enfermeiro e diretor da Secretaria de Assuntos Socioeconômicos do Sindsep/MA, Keymison Ferreira Dutra. Em sua fala, ele destacou a necessidade de os homens adotarem uma postura mais preventiva em relação aos cuidados com a saúde, a fim de reduzir a incidência de doenças graves, como o câncer de próstata e outros tipos, entre eles o câncer peniano — ainda com registros preocupantes no Maranhão.



Sindsep participa de debate sobre a PEC 38/25 em Brasília

O Sindsep esteve presente, no dia 25, em audiência pública realizada em Brasília, representado pelo vice-presidente Raimundo Pereira. Convocada pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, a atividade discutiu os impactos da PEC 38/25, proposta de reforma administrativa apresentada pelos deputados Hugo Motta, Pedro Paulo e Zé Trovão.

Conhecida como “PEC 30itão”, a proposta tem recebido críticas de especialistas e entidades por representar riscos a direitos garantidos pela Constituição de 1988 e por abrir espaço para maior participação privada em áreas hoje sob responsabilidade direta do Estado.

STF forma maioria em julgamento para reconhecer o racismo estrutural no Brasil

Com oito votos já proferidos, o Supremo Tribunal Federal (STF) alcançou maioria no julgamento da ADPF 973, que questiona se o Estado brasileiro tem sido omissivo no enfrentamento às violações de direitos da população negra. A análise, retomada nesta quinta-feira (27), confirma a percepção comum entre os ministros de que o racismo estrutural persiste no país, ainda que exista divergência sobre a definição formal de um “estado de coisas inconstitucional”. A conclusão do julgamento ainda não tem data marcada.

O avanço do debate ocorre na última semana da Consciência Negra e um dia após a Marcha das Mulheres Negras, reforçando o peso simbólico e político da discussão.

O relator, Luiz Fux, acompanhado por Flávio Dino e Cármen Lúcia, sustenta que a permanência de violações massivas e contínuas contra a população negra demonstra a existência de um “estado de coisas inconstitucional”. Para eles, o enfrentamento do racismo exige ações articuladas entre os três Poderes e a implementação de políticas robustas de reparação, como um plano nacional de combate ao racismo com participação do Judiciário.

Em um dos momentos mais marcantes da sessão, a ministra Cármen Lúcia citou versos de Emicida para ilustrar a desigualdade que separa a experiência de vida de pessoas brancas e negras no Brasil. Ao mencionar a música “Ismália”, destacou o trecho: “Até para sonhar tem entra-



ve. A felicidade do branco é plena, a felicidade do preto é quase”.

Em seguida, afirmou: “Eu não espero viver num país em que a Constituição para o branco seja plena e para o negro seja quase.” A ministra também evocou outro verso do artista, que contrapõe “a pele alva” e “a pele alvo”, ressaltando que o Brasil não pode naturalizar a tragédia do racismo.

Para Cármen Lúcia, mesmo após 37 anos de vigência da Constituição, o país permanece distante da igualdade prometida.

Argumentos apresentados

Zanin, primeiro a votar na sessão, afirmou que o caso se assemelha a precedentes como a ADPF 635 (ADPF das Favelas) e a ADPF 760 (proteção da Amazônia), nos quais o STF também rejeitou a configuração de estado inconstitucional.

Mendonça reconheceu o racismo estrutural, mas discordou da caracterização de racismo institucional.

Alexandre de Moraes apontou avanços desde 1988, citando estruturas públicas, políticas afirmativas e legislações protetivas.

Cármen Lúcia, porém, enfatizou que a insuficiência das respostas do poder público comprova a permanência das violações e distancia o país da igualdade constitucional.

Ministros que rejeitam a tese, mas reconhecem violações

Os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli também reconhecem o racismo estrutural e as violações apresentadas no processo, mas defendem que não há omissão estatal suficiente para justificar a declaração de um estado inconstitucional. Para eles, trata-se de um cenário de insuficiência das ações já existentes — e não de ausência total delas.

Fonte: CUT